

FOLHA DO PROFESSOR

Ano 20/número, 83/Agosto/79

Publicação Mensal

Órgão do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro



OS PROFESSORES DA REDE OFICIAL ESTÃO EM GREVE

Pág. 2

ANISTIA—REINTEGRAÇÃO DOS PROFESSORES CASSADOS

Pág. 3

A MULHER NO SINDICATO

Pág. 3

ANISTIA PARA QUEM?

Págs. 4/5

Ao lado foto com uma das faixas presente Ato Público pela Anistia, realizado na Cinelândia no dia 26 de julho.

A VIOLÊNCIA DAS DEMISSÕES

DEBATE

PÁGINAS 6 e 7

EDITORIAL

Os professores da rede particular de ensino, de 1º, 2º e 3º graus, aguardam ainda o pronunciamento do TST sobre a vigência dos Acórdãos do TRT que asseguraram 84% de aumento aos professores de 1º e 2º graus e 92% aos de 3º grau.

Como é sabido, o recurso do Sindicato patronal foi julgado em tempo recorde, assegurando aos patrões o efeito suspensivo por eles requerido. Ao que parece, tal efeito suspensivo não tem limite de tempo...

Simultaneamente, a maioria dos colégios tratou muito rapidamente de tomar suas providências. Aumentou suas mensalidades e passou a onerar de todas as maneiras possíveis os pais de alunos com toda a sorte de cobranças extraordinárias. E, em muitos deles houve diminuição de turmas (de 30 a 35 alunos por sala) e intensa concentração de alunos por sala de aula (45 a 50 alunos). Com tais providências, é evidente a queda no rendimento escolar dos alunos e um duplo recurso para aumentar o saldo bancário dos "empresários do ensino": diminuição do custo operacional com a redução da carga horária de alguns professores sem alterar a lotação do estabelecimento, com os mesmos alunos pagando mais por um ensino de baixa qualidade.

Além disso, numa tentativa de assegurar sua tranquilidade na manutenção desse estado de coisas absolutamente injusto, pas-

saram a demitir os professores que mais se destacaram nas lutas reivindicatórias.

Esse é o quadro geral, diante do qual temos de raciocinar, neste início do segundo semestre letivo de 1979. Não é um quadro estarrecedor, capaz de deixar alguns de nós imobilizados.

Diante dele é preciso olhar o futuro com otimismo e evitar a perplexidade. Pois, sabemos nós, tal situação é, em última análise, um reflexo dos 15 anos de ditadura militar que, desde 1964, vem infelicitando a Nação. Os patrões, certamente, vêm tendo todo apoio dos seus naturais aliados de classe, articulando-se tranquilamente sob o manto do arbítrio e da violência que sempre nos têm atingido, como parte integrante que somos das massas trabalhadoras.

Mas, o que precisamos ver claro, neste momento, é que os tempos são outros. Todo o povo se levanta para a luta, dia-a-dia, de norte a sul do país. A grande maioria vai aos poucos se conscientizando, no fragor de cada batalha, de que "o povo unido jamais será vencido". Não importa que ainda só tenhamos tido vitórias parciais ou mesmo batalhas perdidas. Pois é na luta prolongada que os novos combatentes aprimoram suas convicções e traçam seus próprios caminhos. Os exemplos históricos mais recentes estão a nos ensinar que a luta não pode parar.

O SINDICATO LUTA PELA ANISTA

Com o objetivo de revigorar nossa participação na Campanha pela Anistia, o Sindicato criou um Núcleo de Professores, encarregado de levar para dentro das Escolas as discussões em torno da magna questão. Participantes do Núcleo estão de plantão na nossa Sede, diariamente, das 16 às 19 horas, onde esperam receber a colaboração dos professores em geral. Precisamos de informações minuciosas para um levantamento detalhado de todos os professores punidos em nosso Estado.



OS PROFESSORES DA REDE OFICIAL ESTÃO EM GREVE

RICARDO B. MARQUES COELHO

Na Assembléia do dia 29 de abril o professorado da rede oficial, havia dado mostra de sua paciência, firmeza e espírito de diálogo: concedeu um prazo de 60 dias para que o Governo atendesse às suas reivindicações, mas deixou claro que se isto não ocorresse haveria nova greve em agosto. Este novo prazo somava-se aos 30 dias concedidos em março quando o Governo — através de nota oficial — assumiu compromisso com o conjunto das reivindicações da categoria.

Quando os professores voltaram a se reunir no dia 22 de julho, quase 90 dias, portanto, depois de sua última Assembléia, o que tinha sido atendido pelo Governo?

— O decreto regulamentando o Art. 20 do Estatuto do Magistério, não garantia o início do pagamento dos adicionais por regência de turma, coordenação de turno e difícil acesso;

— o decreto com novo plano de vencimentos — divulgado ardidamente pela imprensa no próprio dia 22 — não garantia o início do pa-

gamento nem a retroação;

— pior ainda, as professoras primárias do município do Rio, perdiam os triênios, o que praticamente igualava, em termos salariais, a professora primária em início e em fim de carreira.

E o que estava sendo posto de fato em vigor? O mesmo plano de cargos e o mesmo plano de vencimentos do Governo Faria Lima, que haviam sido repudiados pela greve de março!

Assim, o CEP/RJ, expressando a indignação geral do professorado, decidiu retornar à greve, sendo marcada nova Assembléia para o dia 30 de julho, às vésperas do reinício das aulas.

Dentro do espírito de diálogo e firmeza na luta, que tem caracterizado a atuação da direção do CEP/RJ, foi novamente procurada a Secretaria de Educação. Mas as negociações não se mostraram frutíferas: se por um lado, a Secretaria baixou duas resoluções, uma definindo regência, difícil acesso e coordenação de turno e outra a carga horária do Estado em 16

horas, por outro lado nada foi fixado a respeito do enquadramento pela formação, não foi definido o pagamento dos novos pisos nem tomada qualquer atitude em relação aos inativos. As questões centrais continuaram inatendidas!

Resultado: a Assembléia do dia 30 passado, por unanimidade, deflagrou a greve decidida em momento anterior.

No dia 1º de agosto não houve aula na grande maioria das escolas do Município e Estado do Rio de Janeiro. Neste momento, 100.000 professores estão em greve. Nossa categoria não se assustou com as "boas maneiras" ameaçadoras do Secretário de Educação; nem com o processo de intimidação por via administrativa, nem com a poderosa máquina política e jornalística montada pelo Sr. Chagas Freitas em todo o Estado.

A greve dá seus primeiros passos. Exigimos a reabertura das negociações para que nossas reivindicações sejam de fato atendidas.

FÍSICOS CONTRA O ACORDO NUCLEAR

Na mesa-redonda programada pela SBPC, sobre o tema "Energia Nuclear no Brasil: Dilemas Atuais", todos os cientistas que falaram, criticaram duramente o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, como lesivo aos interesses nacionais.

Mário Schembenz (aposentado da USP pelo AI-5) — "...o programa nuclear continua sendo tocado para produzir uma energia duas a três vezes mais cara do que a hidrelétrica, agravando consideravelmente a nossa espantosa dívida externa... Precisamos

livrar-nos do fardo pesado e inútil do acordo nuclear com a Alemanha, cancelando compromissos assumidos pela ditadura militar sem ouvir o povo brasileiro, talvez envolvendo obscuros objetivos militares de um imperialismo germânico ressurgente, contra o qual o próprio povo alemão vem conseguindo vitórias impressionantes, como a recente suspensão da instalação da usina de reprocessamento nuclear da Alemanha Ocidental".

Cerqueira Leite (UNICAMP)

Do ponto de vista es-

tratégico, o programa nuclear brasileiro é, acima de tudo, antieconômico: "Seria possível fazer uma fábrica de bombas de plutônio com um centésimo dos custos previstos no acordo com a Alemanha Federal". E, ainda: "O que é importante e poderoso não é a posse de um ou de meia dúzia de reatores, mas sim a detenção do know-how tecnológico e isso implica necessariamente numa atividade constante de pesquisa científica e tecnológica". A seguir fez um apelo para que se interrompa o acordo nuclear, "no estágio em que está,

mesmo que perca, pois agora a perda será muito menor economicamente do que se o programa continuar, a ser implantado. Se for necessário, daqui a 30 anos, complementar a produção de energia elétrica, se escolherá dentre as tecnologias, então existentes e que agora não podemos prever quais serão".

Luís Pinguelli Rosa (UFRJ) — O físico carioca preconizou uma radical revisão do Acordo, com o Brasil impondo novas condições e usando seu poder de ser o único freguês possível para os reatores alemães, no momento. E ob-

servou: "O poder é nosso. A Alemanha não tem outro freguês para seus reatores. Só não conseguimos impor nossas condições, porque devemos 40 bilhões de dólares ao mundo industrializado e somos obrigados a fazer a política ideal para nossos credores e não para nós". Continuar esse programa para propiciar uma maciça transferência de tecnologia nuclear é um verdadeiro absurdo, "uma vez que, bem recentemente, o mesmo Governo reconhecia que o acordo não propiciava essa transferência de tecnologia satisfatória".

ANISTIA — REINTEGRAÇÃO DOS PROFESSORES CASSADOS

PROF. FRANCILIO PAES LEME

Com o golpe de 1964 aprofundou-se no Brasil um sistema econômico baseado em técnicas elaboradas nos países desenvolvidos. As indústrias de peso, em sua grande maioria, não passam de filiais de suas congêneres estrangeiras. Essas pseudo-empresas nacionais se limitam a montar ou fabricar produtos já patenteados no exterior, pelos quais pagamos altos preços.

A situação econômica imposta ao país exigia a adequação do ensino de 1º, 2º e 3º graus. Se impunha a transformação das universidades em organismos formadores de elementos que atendessem as necessidades da nova economia dependente, isto é, técnicos para atuarem nas empresas e máquinas importadas, administradores dirigidos para esse tipo de empresa, historiadores, escritores e sociólogos desprovidos de qualquer senso crítico e portanto, dóceis e passíveis diante do sistema dominante.

Para a implantação dessa política as universidades passaram a sofrer pressões faltando-lhes verbas com consequentes demissões, provocando, evidentemente a dispersão de grupos de pesquisadores que procuravam colocar suas pesquisas a serviço dos verdadeiros interesses nacionais.

As atividades de criação filosófica, artística e literária passaram a se constituir em alvos da censura e da repressão.

A censura é imposta aos órgãos de comunicação, de modo a facilitar a implantação do estado de exploração no campo e na cidade, ampliando e consolidando o domínio das multinacionais na exploração de nossas riquezas e no controle do nosso sistema industrial.

TERRORISMO CULTURAL

Instala-se nas universidades e institutos o terrorismo cultural, através da implantação de um clima de denúncias, suspeição e perseguição política.

A onda de perseguições atinge a instituições de todo o Brasil, principalmente as situadas nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O terrorismo cultural chega ao ponto de destruir a Universidade de Brasília e o Instituto Oswaldo Cruz. Professores e pesquisadores são sumariamente demitidos e muitos têm seus direitos políticos cassados. Outros são indiretamente cassados na medida em que sua admissão em instituições passa a ser vetada pelos Órgãos de segurança. Projetos de pesquisa não recebem financiamentos, também por força dos órgãos de repressão.

A ciência e a cultura de nosso País sofrem um duro golpe desfechado pelos verdadeiros inimigos da Pátria.

Entretanto, durante todos esses anos o processo de alienação de nossas riquezas enfrentou um forte inimigo — o povo brasileiro — que sempre se manifestou contrário a esse crime. Hoje a nação se levanta exigindo a redemocratização do País. O Governo acena com uma anistia restrita contrariando mais uma vez os interesses do povo. Aos professores e pesquisadores atingidos pelos atos de excessão é oferecido um "perdão" humilhante.

A cada dia ecoa, com mais força, em todos os cantos desse País, o grito da ANISTIA AMPLA GERAL E IRRETRITADA. Nas universidades, professores, pesquisadores e estudantes têm um papel importante a cumprir. Lutar exigindo a reintegração imediata dos professores punidos em seus cargos, é um imperativo que se coloca para toda a comunidade acadêmica de nossas instituições.

Exigir o fim das cassações brancas, a integração imediata e compulsória dos professores em suas funções e a liberdade de pesquisa são bandeiras que devem ser desfraldadas pelas entidades estudantis, associações docentes, Sindicatos de Professores e todos aqueles que estejam comprometidos com a construção de uma universidade, que seja instrumento de luta do povo brasileiro pela sua emancipação.

Sindicatos, Educação e Participação Docente

JOSÉ MONREVI RIBEIRO

As organizações sindicais de docentes — sindicatos, federações, confederações — são entidades destinadas a refletir as preocupações de seus representados e a esforçar-se para darem respostas a seus problemas profissionais concretos.

Entre os sindicatos de trabalhadores docentes há pontos comuns decorrentes das próprias condições do regime social e político existente. Em países como o Brasil, tendo-se em vista a sociedade, concretamente, são deveres (nem sempre cumpridos) dessas entidades sindicais, tanto lutarem por melhores condições de trabalho e de remuneração da categoria profissional, como um todo, quanto reivindicarem um sistema democrático de ensino e educação, inspirado na vontade de proporcionar novas qualidades morais ao homem, visando à edificação de uma sociedade mais justa.

Para tanto, é preciso que se rompam as amarras que impedem ao ensino e à educação tornarem-se, de fato, um assunto público, aberto à pesquisa e à reflexão crítica e voltado, fundamentalmente, para os interesses sociais.

Por isso, deve ser, entre

outras, função dos sindicatos de docentes, assim, também, das associações, estimular as discussões relativas aos aspectos científicos da educação e combater todo sistema educativo submisso às necessidades imediatas dos interesses econômicos do regime social dominante, gerador de crise na sociedade, em geral, mas afetando, particularmente, os trabalhadores, inclusive o professorado.

Professores, especialistas de educação e pesquisadores, como trabalhadores docentes assalariados, inserem-se no conjunto da classe trabalhadora. A esta devem interessar, muito de perto, os problemas do ensino, da educação e da produção científica, tanto do ponto de vista das possibilidades de emprego, quanto ao aspecto da educação como um dos fatores do desenvolvimento econômico e social.

Dai, a importância da participação ativa dos docentes nas organizações sindicais, não só na defesa de melhores condições materiais de vida para a categoria profissional, mas, também, nas discussões referentes à função de educar e ao papel do educador na sociedade. E, ainda, na formação dos quadros das próprias organizações sindicais.

— Por que a maternidade não é uma função social?

— Por que as crianças já crescem preconceituosas, com comportamentos estereotipados referentes ao sexo a que pertencem?

— Qual o papel da mulher na construção do sistema de educação verdadeiramente voltado para os interesses populares?

— Por que a diretoria do Sindicato dos Professores tem somente uma mulher?

Sabendo que a maioria dos professores são mulheres e que grande parte das mulheres que trabalham são professoras, temos o dever de não somente responder a estas questões e defender nossos direitos, mas de criar um espaço efetivo dentro do sindicato onde possamos construir o ambiente propício à elevação da consciência sobre a nossa condição própria, nossos problemas específicos enquanto mulheres, trabalhadoras e professoras.

Para maior participação das mulheres no sindicato, pela construção de um sindicato livre e cada vez mais representativo

A MULHER NO SINDICATO

LUIZA MIRIAN MARTINS

No momento em que nossa categoria se levanta de norte a sul do Brasil para reivindicar o que de direito nos pertence, integrando-se na luta geral do povo brasileiro por dignas condições de vida, por liberdade e justiça, não podemos deixar de usar o espaço por nós conquistado a duras penas para levantarmos com maior empenho a bandeira da defesa dos direitos da mulher.

Aproveitando a edição anterior da FOLHA DO PROFESSOR, onde foi publicado o artigo "Um lugar de direito na luta", que se refere à situação da mulher trabalhadora, à luta por seus direitos e à sua participação na transformação social, considero aberto o debate sobre a questão feminina dentro do nosso sindicato.

A questão ganha importância porque à medida em que os professores avançam na sua luta, de início quase que somente salarial, descobrimos novas formas de ex-

ploração da nossa força pelos patrões e pelo conjunto das forças dominantes. Isto acontece sempre quando procuramos refletir sobre os inúmeros problemas que envol-

vem a categoria, os quais se multiplicam se o professor é mulher.

Para melhor constatar esta realidade bastaria tentarmos responder a algumas situações

que se impõem, das mais simples às mais complexas:

— Com quem a professora deixa seus filhos pequenos quando vai dar aula?

— Em que horário ela faz o trabalho doméstico de sua

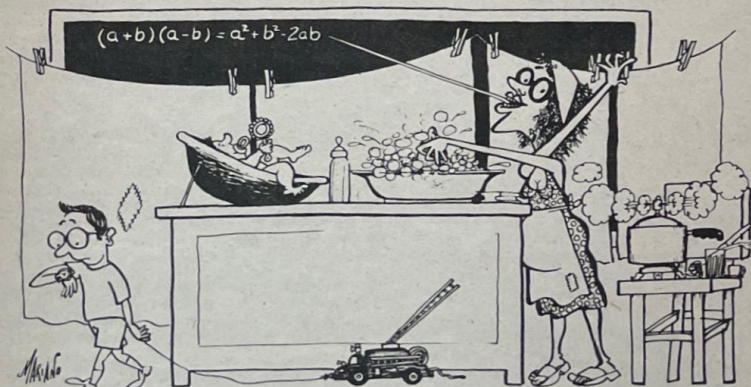
casa, se durante o dia trabalha na escola?

— Por que existe uma diferença tão estonteadora entre o salário do professor primário e do professor secundário?

— Qual a percentagem de mulheres nos níveis mais graduados do magistério?

A Livraria MURO oferece 20% de desconto para livros e demais artigos para professores sindicalizados, mediante apresentação da carteira do Sindicato.

End. Rua Conde de Bonfim, 344 — Sobreloja 203 — Pça. Saens Peña.



ANISTIA PARA QUEM?

Rubim Santos Leão de AQUINO

Em 27 de julho de 1979 o Poder Executivo enviou Mensagem ao Congresso Nacional contendo um projeto de anistia política. O projeto será encaminhado pelo Congresso em agosto e, muito provavelmente, será integralmente aprovado pela maioria dos Parlamentares.

É inegável ser a anistia uma das questões políticas que mais vem sensibilizando amplas camadas da população. Entretanto, não é essa anistia proposta pelo Governo Figueiredo que virá atender aos anseios de milhares de brasileiros, pois o projeto é capcioso, injusto e omissivo por opção. Senão, vejamos! Em nenhum dos seus artigos e parágrafos consta qualquer referência a cerca de 1.200 operários demitidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou a cerca de 3.000 estudantes eliminados pelo Decreto-Lei nº 477.

Além do mais, o Artigo 2º do projeto estatui que os civis e militares atingidos, para se beneficiarem da anistia, de-

verão requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo. Mesmo que o façam, o deferimento do pedido ficará condicionado à existência de vaga e ao interesse da administração. Caso esses obstáculos sejam superados pelos atingidos, estes deverão se sujeitar aos parâmetros fixados pelo Poder Executivo que, de acordo com o Artigo 7º do projeto, baixará decreto regulamentando o projeto transformado em lei. Não devemos esquecer que os atingidos, para serem novamente aproveitados, também deverão estar aptos, segundo

exame de saúde a que obrigatoriamente serão submetidos. Além disso, o atingido deverá ter menos de 60 anos, isto sem falar nos casos específicos, como os dos ser-

vidores militares que estão sujeitos a regulamentos deter-

minando tempo de permanência em um posto da hierarquia militar.

Cabe então perguntar:

quantos serão realmente anistiados?

Esse "monstruoso jurídico", em cavilosa manobra política, estabelece no Artigo 1º a "anistia a todos quantos, no período compreendido en-

tre 2 de setembro de 1961 e 31 de dezembro de 1978, cometeram crimes políticos ou conexos com estes". De acordo com o Parágrafo 1º do citado Artigo, os crimes conexos são "os crimes de

qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política". Com isso, o Governo ardilosamente se auto-anistia, pois beneficia, de modo amplo e irrestrito, todos



Na foto acima, após a concentração do dia 26 de Julho um aspecto da passeata até a Praça XV.



O MINISTRO E OS DEMITIDOS

Falando na abertura do 10º Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, em Niterói, o Ministro Eduardo Portella garantiu que vai pedir a intervenção direta do Ministro do Trabalho para apurar a demissão de 120 professores em universidades e escolas particulares do Rio de Janeiro. O pronunciamento foi motivado pelo discurso do professor Amaral Vieira, do nosso Sindicato, que solicitou "a necessidade de fatos que atentam contra a liberdade de organização da categoria, tornando-se necessário que se consiga a reintegração dos professores demitidos".

Sindicato havia dito coisas sensatas, "que são verdades de quem pertence à nossa classe, que eu mesmo subscreveria".

O ENSINO EM NOVA IGUAÇU

"Protestando contra a enorme falta de escolas no Município que hoje deixa cerca de 150.000 crianças entre 7 e 14 anos sem estudar, conforme declaração do Prefeito no Jornal "Fluminense" do dia 16 de fevereiro de 1979. Por outro lado, embora definindo a Educação como sua meta prioritária, a Prefeitura destinou em 1977 mais verbas para pagamento de bolsas de estudo na rede particular de ensino do que para a construção de novas escolas públicas. Todo mundo sabe que isso só serve para prejudicar os pais que têm seus gastos aumentados com transporte, uniforme, merenda, etc, enquanto serve para favorecer certos políticos, que trocam bolsas por votos, e sobretudo os donos de escolas que, se não fosse esse dinheiro saído dos cofres públicos, não teriam lucros num município pobre como Nova Iguaçu. É curioso citar que os donos das

altos cargos na Administração Municipal" (Trecho do Protesto assinado por 70 Associações de Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu, datado em 15/07/79).

BAJULAR OU LUTAR?

Na mesa-redonda promovida durante a 31ª reunião anual da SBPC, sobre "Anos 70 — OS Intelectuais e a Repressão", o professor Florestan Fernandes, aposentado da USP pelo AI-5, disse:

"Neste momento, as tarefas se redefinem em duas direções: os intelectuais estão livres para se comportar como *servos do Poder* ou para se afirmarem como paladinos da revolução democrática. Os que preferirem as *malhas do Governo* poderão assumir, agora com toda a clareza e responsabilidade, os papéis políticos de intelectuais orgânicos da sociedade burguesa. Os que preferirem a liberação do homem e a liberdade nacional, poderão travar o combate que associa o fim da ditadura com a construção de uma nova sociedade no Brasil. No mínimo, terão de arcar, agora com toda clareza e responsabilidade, com os papéis políticos de uma revolução democrática impulsionada pela maioria e conduzida pelos extratos mais organizados dos

sar à ofensiva, exigir o desmonte de todo o edifício ilegal da militarização do Poder".

Brasil e Moçambique

Convidado a vir a Fortaleza para participar da reunião da SBPC pela Sociedade de Estudos Históricos, o professor moçambicano Aquino de Bragança participou do simpósio sobre Situação e Perspectivas no Mundo Luso-Afro-Brasileiro, no qual criticou os métodos tradicionais de aproximação cultural entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa. "A língua comum pode ser um motivo para uma boa entente como pode também ser o para uma feroz *désentente*. Os guerrilheiros da Frelimo já falavam português em pleno regime colonial e, nem por isso, só por falar português, o Brasil tinha boas relações com eles, à época. A língua comum pode ajudar, mas não é tudo."

O professor Aquino de Bragança acusou o sociólogo Gilberto Freyre de colaborar com o regime salazarista através da "ideologia e mistificação" do luso-tropicalismo. "O regime português de Salazar e Marcelo Caetano foi incapaz de produzir uma teoria que explicasse e justi-

os acusados de violências ou torturas contra os presos políticos, muitos dos quais foram mutilados, aleijados, mortos ou se encontram desaparecidos, provavelmente assassinados.

Mais uma vez indagamos: anistia para quem? Em seu Artigo 2º o projeto do Governo estatui que estão excluídos da anistia "os que foram condenados pela prática do terrorismo". É evidente a manobra do governo em manter viva a figura do preso político "terrorista", o que lhe dará um respaldo para justificar a manutenção da Lei de Segurança Nacional e de todo o aparato repressivo, incluindo os DOI-CODI, CENIMAR, CIE e caterva.

Contudo, os exilados que não chegaram a ser condenados por "crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal", serão anistiados. Como se vê, dois pesos e duas medidas, o que contraria o princípio mais elementar do Direito.

Como explicar tal critério? Apenas como outra manobra política do regime que projetará para o exterior a imagem de um governo que concedeu anistia a inúmeros brasileiros

exilados, muitos dos quais exbanidos.

Desse modo, não deve haver ilusões a respeito do projeto de anistia do Governo Figueiredo: ele se enquadra nos parâmetros da tri lateral que aconselha o não-confronto entre os governantes e as forças populares, com isso preservando o monopólio do poder político e econômico nas mãos de uma minoria. Isto fica mais claro se correlacionado com a recente declaração dos defensores da "nova ordem mundial": "As maiores perturbações nas relações internas e internacionais podem, às vezes, ser evitadas mediante a antecipação atual das dificuldades potenciais e a realização de ações para superá-las. Usualmente, é preferível evitar conflitos a ter que solucioná-los". (Citado por Assmann, Hugo e outros, em "A Trilateral, Nova Fase do Capitalismo Mundial", Editora Vozes, pág. 107).

Mas a anistia proposta não atingirá os companheiros professores que foram mortos pelos órgãos de segurança, dentre os quais podem ser citados:

1) ANTÔNIO HENRIQUE PEREIRA NETO — padre, coordenador da Pastoral da

Arquidiocese de Olinda e Recife e professor Morto sob tortura em 26 de maio de 1969, em Recife.

2) ROBERTO NEHRING — professor da USP. Morto sob tortura em 24 de abril de 1970, em São Paulo.

3) GELSON REICHNER — professor de cursos pré-vestibular. Morto em combate, em 20 de janeiro de 1972, em São Paulo.

4) JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO — professor do 2º grau. Morto sob tortura em 18 de agosto de 1972, em São Paulo.

5) MARIA REGINA LOBO LEITE DE FIGUEIREDO — professora de Filosofia. Morta sob tortura em 29 de março de 1972, no Rio de Janeiro;

6) LINCOLN BICALHO ROQUE — professor de Ciências Sociais. Morto sob tortura em 24 de março de 1973, no Rio de Janeiro;

7) WLADIMIR HERZOG — jornalista e professor da USP. Morto por enforcamento em 25 de outubro de 1975, em São Paulo;

8) ANA ROSA KUCINSKI SILVA — professora da USP. Seqüestrada em 22 de abril de 1974, em São Paulo, encontra-se desaparecida;

9) ELENÍ TALE PEREIRA GUARIBA — professora da USP. Presa em 12 de julho de 1971, em São Paulo, nunca mais foi vista;

10) JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA — ex-bancário, jornalista e professor. Morto em fins de 1972, na Bahia;

11) LUÍS INÁCIO MARRANHÃO FILHO — advogado, jornalista e professor universitário no Rio Grande do Norte. Preso em 3 de abril de 1974, em São Paulo, está desaparecido.

12) MARIA LUCIA PETIT DA SILVA — professora primária em São Paulo. Morta em 1972 na Guerrilha do Araguaia;

13) SUELY YOMIKO NAKAYAMA — professora em São Paulo. Morta em 1974 na Guerrilha do Araguaia;

14) ANTÔNIO BENETAZZO — professor em cursos pré-vestibular. Morto sob tortura em 29 de março de 1972, em São Paulo;

15) IVAN MOTTA DIAS — Bacharel em História pela UFE. Preso em 15 de maio de 1971, no Rio de Janeiro, nunca mais foi visto;

16) RUI CARLOS VIEIRA BERBERT — professor em cursos pré-vestibular em São

Paulo. Desaparecido desde 1971;

17) JOÃO BARCELOS MARTINS — médico e professor. Perseguido pelos Agentes de Segurança, suicidou-se em 11 de abril de 1964, no Rio de Janeiro.

A relação anterior é incompleta, como informa o Comitê Brasileiro pela Anistia — RJ, cujos relatórios para o Encontro Nacional das Entidades de Anistia, realizado em junho de 1979, utilizamos para levantar os nomes dos companheiros professores assassinados.

A partir do golpe de 1964, cerca de 5.000 professores foram punidos por demissão, cassação, aposentadoria e suspensão de direitos políticos. E nossa categoria profissional, antes mesmo do Ato Institucional nº 1, foi atingida por um Ato de Exceção sem número que impôs punições a 140 professores. O nosso Sindicato, é bom lembrar, foi invadido e a diretoria levada presa para os quartéis da 1ª Região Militar.

E por que essas punições todas desde 1964? Porque os nossos companheiros estavam empenhados em uma luta que também é nossa: pugnar por uma sociedade democrática, livre e justa. Quem, então, deve ser anistiado?

muita gente confundir civilização com colonialismo."

A FSLN e os EEUU

Toma Borge, um dos fundadores da FSLN, de 47 anos, pertencente à facção GPP (Guerra Popular Prolongada), e atual Ministro do Interior do novo Governo nicaraguense, concedeu entrevista ao enviado especial do Jornal do Brasil (23/07/79). Transcrevemos uma das respostas do novo Ministro, selecionada, entre as dez que compõem a entrevista:

Sabe-se que os Estados Unidos tinham certas reservas à Junta de Reconstrução Nacional, considerando-a pró-marxista. Qual a sua opinião?

"A nós não interessam os critérios que tenham o imperialismo ianque sobre nós. Tomamos nossas próprias decisões".

Morte de professores no Peru

Lima — A jornada de sacrifício dos professores filiados ao Sindicato Único dos Trabalhadores da

Educação do Peru, que dirige uma greve há 55 dias, terminou em choque com um pelotão militar na província de San Roman, cerca de 1.300 Km ao Sul de Lima, provocando a morte de 7 professores e grande número de feridos.

Na Capital peruana, o desfile realizado como parte das comemorações do 158º aniversário da Independência acabou violentamente, quando um grupo de professores tentou marchar atrás da parada militar, ao mesmo tempo em que de um setor da assistência, calculada em 100 mil, pedras eram lançadas contra a polícia e membros das Forças Armadas. (Jornal do Brasil, 30/7).

UMA NOVA NICARÁGUA

Em declaração à imprensa internacional, um dos membros da Junta de Reconstrução Nacional, que acaba de assumir o poder na Nicarágua, declarou que o novo sistema a ser implantado no País terá por base o chamado Estatuto Fundamental. O Estatuto substituirá a Constituição de Somoza e o Código Penal e abolirá o Congresso, o Supremo Tribunal, os Tribunais de Recursos e os Tribunais de Trabalho. A Guarda Nacional será substituída por um novo Exército, formado por guerrilheiros sandinistas e "soldados honestos e patriotas". Também garantirá o respeito aos

direitos humanos, a igualdade de oportunidade e a liberdade religiosa e de imprensa.

CARTÃO DE VISITAS

Manter a favela da Maré, onde está e não como está é a preocupação atual da prefeitura do Rio de Janeiro. Fala-se agora, em remover cerca de 10 mil famílias que vivem em "estado de miséria total" para uma outra favela (apelidada de conjunto habitacional) a preços que favelado algum conseguiria pagar. Com exceção de Andreaza parece que mais ninguém pensa em resolver o problema voltado para o lado humano de quem ali sobrevive e urbanizar, simplesmente, a região.

Final, parece que alguns acham muito pior, a impressão causada à visão dos turistas ao entrarem no Rio e verem o cartão de visitas da mais linda cidade do mundo, do que o tipo de vida que miseravelmente levam aqueles que, com suor e coragem lançados a todo tipo de sorte e sofrimento, construíram um lugar para morar.

Sr. Secretário e os seus 110 Mil...

Falando ao Jornal do Brasil, de 24 de julho último, o secretário Estadual de Educação disse que não acredita na greve de agosto. "Prin-

cipalmente — destacou — porque os professores do Rio de Janeiro conquistaram os melhores salários pagos em todo o Brasil e, em termos relativos, em todos os tempos".

O Sr. Niskiér, no entanto, admitiu que não haverá recursos para pagar os professores "pelo plano que, inicialmente, fora deixado para ser cumprido a partir do início desse Governo". Acentuando, a seguir "... mas, é claro que, quando os recursos solicitados chegarem, será cumprido o que foi prometido".

O secretário disse, ainda, desconhecer a existência do CEP, observando que "eles têm os seus 800 professores e eu cuido dos meus 110 mil professores".

Lamentamos a confusão mental do Sr. Arnaldo que, na verdade, não estava num bom dia... Se muitos já lhe negavam competência para falar sobre problemas educacionais, a maioria já começa, também, a avaliar melhor o seu QI.

AJUDA

De uma importante personalidade do governo: "Se o Klabin está contando com as reivindicações dos professores para conseguir ajuda do Governo Federal, pode mudar de idéia. É preciso lembrar que os professores de Minas Gerais ficaram oito meses com os salários atrasados e a solução teve de ser encontrada pelo próprio governador do Estado, na época Rondon Pacheco. (Tribuna da Imprensa, 04/06/79).



PROF. GUSTAVO KRAUSE

Recentemente, o Ministro da Educação, Eduardo Portella, afirmou que mandaria averiguar as demissões de professores ocorridas no Rio de Janeiro, a partir das greves, especialmente na Universidade Gama Filho, a recordista, com cerca de 60 professores "ejetados", e no curso Oxford, "o curso do terror". Assim ele disse após interpelação do professor Amaral Vieira em solenidade ocorrida em Niterói.

A partir desses acontecimentos, e considerando a permanente perspectiva do evoluir do nosso movimento, até com nova greve, implicando maior irritação dos donos de escolas, a FOLHA DO PROFESSOR organizou um debate, na sede do Sindicato, no dia 24 de julho, com 6 professores que sofreram a experiência de serem demitidos no meio do ano letivo, a saber: Maria do Socorro Casado (curso Oxford); Luiz Edmundo Aguiar e Manuel Dias da Fraga (faculdades Celso Lisboa); Aloísio Belisário (Fundação Getúlio Vargas); Gustavo Krause (Colégio Hélio Alonso); Ana Maria da Costa (Instituto S. Sebastião).

Este debate objetiva: tirar um parâmetro das características representativas das escolas que geram as demissões; levantar os modos como a violência é cometida na hora do "bilhete azul"; e estudar as ações que se tomaram, que se tomam e que ainda se devem tomar pela classe a respeito. O debate se insere no conjunto de medidas do Sindicato, a nível legal (audiência de comissão de demitidos com o delegado regional do Trabalho, e solicitação de mesa-redonda no TRT com os estabelecimentos "recordistas") e a nível político (atos públicos, e caminhada pela Avenida Rio Branco no dia 31 de julho, esclarecendo à população os acontecimentos).

CURSO OXFORD

A professora Maria do Socorro, que só dava aula nesse estabelecimento, foi demitida junto com outros 8 professores. Antes da greve, o ambiente no curso já era muito fechado. Dentre os regulamentos afixados na sala dos professores, constava a proibição de se falar em "sexo, política ou religião antes, durante e depois das aulas". As salas são equipadas com microfones sensíveis, permitindo a escuta e a gravação das aulas no gabinete da direção, numa medida inspirada não se sabe se na Gestapo ou em Watergate.

Dentro desse clima, o medo é constante e esperado. Durante a greve e depois, os professores mais participantes se sentiram marginalizados por alguns colegas. A direção do curso e seus acólitos oficialmente ignoraram a greve e os grevistas, partindo para a intimidação direta através de um reforço na espionagem das aulas, passando a utilizar também, sem muito disfarce, funcionários e professores dedo-duros. A tensão em maio e junho aumentou bastante. Houve uma observação mais acintosa e irritante dos atrasos, do preenchimento da ficha de chamada e de outros detalhes burocrático-pedagógicos.

No dia 1º de julho, os 9 foram demitidos por justa causa, sem que se saiba que justa causa é essa. A maioria dos outros professores hipotecou apoio verbal aos demitidos, embora não tenham conseguido se organizar em uma ação de apoio.

Observa-se que, no momento em que os professores decidiram brigar contra a demissão e contra a justa causa, e em que começou a se divulgar as características nazistas do curso Oxford, através dessa FOLHA, no número passado, sua direção houve "por bem" aprovar todos os alunos desse semestre, sem exceção para não perder nenhuma mensalidade. Assim, se configura o que é Educação para os donos e diretores desse estabelecimento.

CELSO LISBOA

O professor Luiz Edmundo foi demitido em dezembro, antes da greve, recebendo em "troca" uma promessa de readmissão em "futuro próximo". Seu caso serve para caracterizar uma faculdade onde é praxe demitir um professor num semestre e contratá-lo daí a dois, economizando assim férias, 13º e evitando crescimento do prestígio dos professores. Assim, somente a instituição (com nome do seu dono e diretor) adquire prestígio, e não seus componentes.

Luiz Edmundo, em 1978, já levava as questões do movimento nascente e criticava a qualidade de ensino. Observou um regime policial interno, onde coordenador e inspetores observaram algumas aulas, sem avisar, da porta da sala. Havia algo, na estrutura, semelhante a um feudo ou até um engenho do século passado: em-

pregados de nível baixíssimo, trazidos "diretamente do Nordeste", mal remunerados, dormindo no serviço, trabalhando desde que acordavam até a noite, e que acabavam atuando como vassallos, constantemente dispostos a assumirem o papel de dedos duros.

A demissão não gerou nenhuma manifestação dos outros professores, talvez pelo fato de ser "prática corrente" na casa. Ou seja, as pessoas se habituaram a serem demitidas e readmitidas aleatoriamente.

O professor Manuel Dias foi demitido em julho, depois da recuperação (prática nova na Celso: "recuperação" universitária), junto com outros 13 colegas. Nenhuma demissão foi por justa causa. Ao entrar lá, observou um sistema instalado para não permitir contestação. Com os movimentos da classe, rapidamente se operacionalizaram mecanismos que "reequilibrassem as forças" — para o lado de lá, é claro. Segundo o professor, esses mecanismos não são propriamente contra um indivíduo, mas contra todos os indivíduos que ali trabalham. O fato de ele ser participante da ADUSU talvez tenha influído na demissão, mas lhe parece que o objetivo da violência é mais contra o todo dos professores.

Dentre esses mecanismos, está a praxe de demitir todos os assistentes de uma cadeira caso o titular saia (novamente, o prestígio da instituição sobrepondo-se ao de seus responsáveis). Também contratam-se auxiliares de ensino e se paga um "pro-labore" ao titular que "alugue" o seu título, escamoteando assim a despesa real com salários. Pretendem acabar com o curso de Pedagogia pela manhã em 1980, transferindo os alunos para a noite. E os professores, para onde? Basta demitir. Faz parte da praxe dessa "faculdade".

A estrutura da Celso Lisboa se assemelha muito a de um "colégio", não se permitindo criar condições para a existência real de Departamentos ou Centros, ou seja, para vida universitária. É a estrutura que não permite nem pesquisa, nem contestação. Em resumo, não permite Educação.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

O professor Aloísio Belisário era o coordenador da graduação da EBAP. Observava uma estrutura pedagógica ótima, com turmas pequenas a propiciar uma série de experiências muito inovadoras. O pagamento, embora sendo superior ao de outras instituições, sempre se caracterizou por várias ilegalidades, das quais a Fundação continua impune. Os cargos de "confiança", como o seu, recebem comissões muito altas. Perder um cargo desses, além de equivaler a perder a "confiança", implica a redução de cerca de 60% no salário. Dessa maneira, o prestígio pessoal acaba sobrepujando a competência profissional. A Fundação também se caracteriza por apresentar muitos feudos completamente dissociados entre si;

A VIOLÊNCIA DAS DEMISSÕES

apenas na greve se fizeram reuniões com professores de diferentes departamentos.

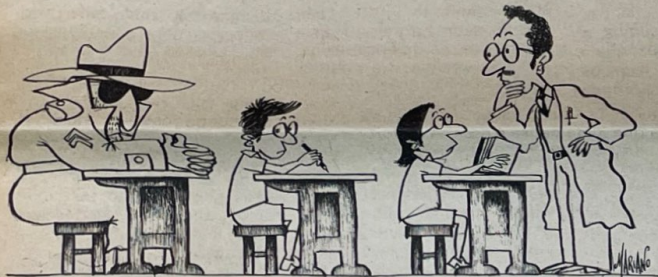
Os problemas começaram quando Aloísio foi escolhido para ser o representante da EBAP na Comissão de Ensino Superior. Durante a greve, o presidente da Fundação, Luiz Simões Lopes, pediu ao diretor Paulo Roberto Mota a demissão. Este, dignamente, não admitiu a ingerência, não demitiu, e "segurou a barra". Depois da greve, os professores que tentaram articular uma Associação de Docentes e Pesquisadores foram impedidos de se reunirem nas dependências da Fundação. As reuniões continuaram fora dali, e Simões Lopes mandou um recado de que demitiria qualquer professor presente às reuniões, por cima mesmo das direções departamentais. Formo-se uma chapa para concorrer à eleição na Associação dos Servidores, e o nome do professor Aloísio foi indicado para presidente. No dia em que inscreveram a chapa, à tarde ele estava demitido.

Muitos professores e servidores se organizaram, tentando abaixo-assinados e reuniões. Outro recado de

Simões Lopes "decretava" demissão sumária para quem assinasse ou passasse as listas. A imprensa foi acionada, bem como deputados, ex-professores e ex-alunos influentes. Em reunião com os diretores, o presidente afirmou oficialmente que a demissão tinha origem em "excessos cometidos durante a greve" (o que é ilegal, pela própria lei de greve).

Em conversa do superintendente Hermeto Correia da Costa (responsável pelo ato administrativo da demissão) com o professor Aloísio, o primeiro afirmou que os princípios do segundo não se coadunavam com os da Fundação Getúlio Vargas, "que é liberal e democrática".

A luta pela readmissão não tem só objetivo pessoal; pretende também proteger os outros professores mais ativos, e busca criar precedentes para todo o movimento. Acredita-se que o barulho da imprensa tenha, no mínimo, sustado outras demissões. Existe ainda a perspectiva de o Centro Acadêmico da EBAP se manifestar em agosto contra a demissão, até com greve de alunos.



COLÉGIO HÉLIO ALONSO—BOTAFOGO

Na semana seguinte à greve do 1º e 2º graus, o senhor Hélio Alonso demitiu a diretoria do colégio, Henriette Amado, os coordenadores André Valente e Gustavo Krause, mais a professora Maria Elena Ferreira da Silva. Justificou-se explicando que eram os 4 maiores salários, e o gesto era o primeiro de outros visando mudar a filosofia do colégio, de "liberal e participante demais", para "mais acadêmico e voltado à preparação para o vestibular".

O colégio se caracterizava como um quisto na Organização Hélio Alonso, na medida em que toda a equipe foi montada pelo coordenador André Valente já há dois anos, visando um ensino centrado no diálogo permanente e na educação como veículo de transformação do homem e da sociedade. O resultado do trabalho se mede pela reação dos alunos às demissões. Dois dias depois, fizeram um abaixo-assinado exigindo o retorno dos seus professores, preenchido por 250 dos 270 alunos da escola, e entraram em greve de aulas e de pagamentos. Conseguiram que o senhor Hélio Alonso viesse à assembleia deles, com a presença, de rádio, televisão e jornal, e

fizeram com que recuasse de três das demissões, mantendo a da diretora, por "questão de princípio" (o "princípio" se media pelo seu salário de Cr\$ 35.000,00). No dia seguinte, se reuniu com os professores para lhes comunicar a decisão, se surpreendendo novamente. O conjunto dos professores, reunido na noite anterior, havia decidido não aceitar nenhuma demissão, se propondo inclusive à greve branca interna, até o retorno de todos. Após ameaçar, sem sucesso, com o fechamento imediato do colégio, o senhor Hélio Alonso recuou completamente e readmitiu os quatro, sem condições. E o trabalho continuou, mais fortalecido inclusive (pelo menos até dezembro).

Sabe-se que esse fato contribuiu muito para sustar diversas demissões em colégios oriundos de cursos pré-vestibulares. A experiência parece ter servido como um balão de ensaio, frustado, da repressão dessas estruturas.

INSTITUTO SÃO SEBASTIÃO

A professora Ana Maria da Costa foi chamada para revitalizar o 2º grau, buscando montar uma 3ª série nesse Instituto. A escola é pequena, mas mantém microfones de escuta nas

salas de aula. Os professores se encontram muito dispersos e amedrontados. Há uma reunião anual, onde a direção apresenta a pauta dos trabalhos, e ninguém mais fala. Existe uma psicóloga que não aceita conversar com os professores, a não ser "através" do Diretor. Há um professor e um inspetor atuando como deduzos.

Em março, vieram menos 12 aulas do seu salário. Ao reclamar, foi ameaçada de demissão na sala dos professores. Depois da greve, o diretor questionou as suas faltas daquela semana, como se não tivesse havido greve, e aumentou a pressão, fiscalizando acintosamente todos os gestos e atitudes. Chegou a ameaçar buscar

sua ficha no SNI (sic!), bem como as de alguns outros professores que estavam passando e lendo informes oficiais do Sindicato.

Dia 2 de maio, quando iria dar prova, o segurança não a deixou entrar. Seus alunos improvisaram pequena manifestação na aula seguinte. Os colegas professores não esboçaram reação. Foi demitida por justa causa.

Na audiência com o Juiz, este, demonstrando clara cumplicidade, solicitou que ela fizesse acordo com o colégio (ou seja, aceitasse a justa causa sem "berrar"), porque as acusações que contra ela pesavam eram muito violentas. Alguns dos alunos estão servindo de testemunha a favor da professora.

COMO REAGIR ÀS VIOLÊNCIAS

As recentes violências cometidas contra a categoria dos professores, através dessas várias demissões, são suficientemente sérias para merecer a nossa atenção e a nossa ação. Nós somos o objeto dessa violência, afinal. Companheiros nossos estão sendo demitidos porque ousam lutar pela sua dignidade profissional. Este cutelo do patrão pesa sobre a cabeça de todos nós. Justo por tal razão, as cláusulas dos acordãos que tratam a questão da estabilidade são tão importantes.

Pelos depoimentos extralados dos debates, percebe-se cada vez os donos de escola se configurando mais como patrões, "tubarões" do ensino, preocupados tão somente com os números dos seus lucros, com a manutenção do seu poder, com a perpetuação dos seus privilégios; pelo menos, tiram sua demagógica máscara de educadores. Alguns até se arvoram em professores, o que é uma mentira — são ex-professores, porque estão contra a sua classe. Fica claro, então, que no Brasil a educação está nas mãos de quem nada tem a ver com educação, pelo menos no seu sentido mais amplo de crescimento do indivíduo e da coletividade. Porque eles violentam, sem cerimônia, para demonstrar "quem é que manda", os direitos e as lutas das pessoas.

Toda demissão, como hoje se apresenta, é um ato de violência. É uma arbitrariedade clara, de cima para baixo, como um pisão. Não leva em conta os interessados diretos, sejam as equipes, sejam os alunos, atuando somente com base em critérios que pouco têm a ver com a profissão. Raramente se antecedem de críticas objetivas, ou mesmo de "advertências" — são ações que se assemelham mais a botes de cobra do que a gestos de homem.

E nós, como receptores dessa violência, não devemos jamais aceitá-la passivamente. O que se pode ver, pelos depoimentos, são experiências onde a ação das equipes e dos alunos (o que, por si, define a importância de uma pedagogia crítica e participante) determinou sustentar os professores nos seus cargos, ou, pelo menos, sustar outros cortes. Já a omissão vem determinando a impunidade da violência e dos que a praticam.

As demissões existem porque existe um sistema onde os cargos são de "confiança", e não de competência — um sistema onde alguns poucos eleitos "recebem" a confiança dos outros, e a maioria se entrega, "confiando" seu destino a esses eleitos.

Nenhuma demissão arbitrária é um caso pessoal. Qualquer uma delas abre margem para outras, de amigos, de companheiros, e visa a enfraquecer e dividir toda a classe. Com as nossas armas de educadores e pensadores, basicamente a palavra e a verdade, acompanhadas de ações coerentes com elas (como, por exemplo, não aceitar ocupar lugar de professores demitidos por ato arbitrário), devemos fazer frente à violência para interromper o seu ciclo. Se assim não fizermos por medo de sermos talvez nós os demitidos, estaremos nos rendendo. E a rendição nos enfraquece como pessoas e como profissionais, tornando mais viável outras violências, ao bel-prazer dos que se fantasiam de educadores.

E, em última análise, acabamos demitidos de qualquer jeito: da posição independente de educador para a subalterna de "capacho", de veículo impessoal dos valores tristemente dominantes. Nos demitimos da nossa profissão de homens. (Gustavo Krause)

DRT RJ AUTUA COLÉGIO D.R.T. R.J.

Recebemos da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro o relatório da fiscalização efetuada em diversos estabelecimentos de ensino desta cidade, datado de 28 de maio de 1979. O citado documento enumera um total de 185 Autos de Infração lavrados, bem como os

artigos da CLT correspondentemente infringidos pelos colégios e entidades similares. A folha do professor publicará no próximo número a relação dos 40 estabelecimentos de ensino fiscalizados e o número de Autos de Infração aplicados a cada um

apenas na greve se fizeram reuniões com professores de diferentes departamentos.

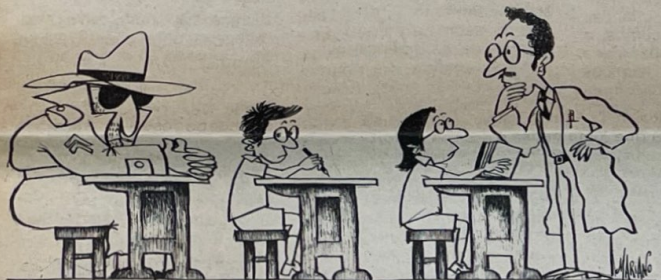
Os problemas começaram quando Aloísio foi escolhido para ser o representante da EBAP na Comissão de Ensino Superior. Durante a greve, o presidente da Fundação, Luiz Simões Lopes, pediu ao diretor Paulo Roberto Mota a demissão. Este, dignamente, não admitiu a ingerência, não demitiu, e "segurou a barra". Depois da greve, os professores que tentaram articular uma Associação de Docentes e Pesquisadores foram impedidos de se reunirem nas dependências da Fundação. As reuniões continuaram fora dali, e Simões Lopes mandou um recado de que demitiria qualquer professor presente às reuniões, por cima mesmo das direções departamentais. Formo-se uma chapa para concorrer à eleição na Associação dos Servidores, e o nome do professor Aloísio foi indicado para presidente. No dia em que inscreveram a chapa, à tarde ele estava demitido.

Muitos professores e servidores se organizaram, tentando abaixo-assinados e reuniões. Outro recado de

Simões Lopes "decretava" demissão sumária para quem assinasse ou passasse as listas. A imprensa foi acionada, bem como deputados, ex-professores e ex-alunos influentes. Em reunião com os diretores, o presidente afirmou oficialmente que a demissão tinha origem em "excessos cometidos durante a greve" (o que é ilegal, pela própria lei de greve).

Em conversa do superintendente Hermeto Correia da Costa (responsável pelo ato administrativo da demissão) com o professor Aloísio, o primeiro afirmou que os princípios do segundo não se coadunavam com os da Fundação Getúlio Vargas, "que é liberal e democrática".

A luta pela readmissão não tem só objetivo pessoal; pretende também proteger os outros professores mais ativos, e busca criar precedentes para todo o movimento. Acredita-se que o barulho da imprensa tenha, no mínimo, sustado outras demissões. Existe ainda a perspectiva de o Centro Acadêmico da EBAP se manifestar em agosto contra a demissão, até com greve de alunos.



COLÉGIO HÉLIO ALONSO—BOTAFOGO

Na semana seguinte à greve do 1º e 2º graus, o senhor Hélio Alonso demitiu a diretoria do colégio, Henriette Amado, os coordenadores André Valente e Gustavo Krause, mais a professora Maria Elena Ferreira da Silva. Justificou-se explicando que eram os 4 maiores salários, e o gesto era o primeiro de outros visando mudar a filosofia do colégio, de "liberal e participante demais", para "mais acadêmico e voltado à preparação para o vestibular".

O colégio se caracterizava como um quisto na Organização Hélio Alonso, na medida em que toda a equipe foi montada pelo coordenador André Valente já há dois anos, visando um ensino centrado no diálogo permanente e na educação como veículo de transformação do homem e da sociedade. O resultado do trabalho se mede pela reação dos alunos às demissões. Dois dias depois, fizeram um abaixo-assinado exigindo o retorno dos seus professores, preenchido por 250 dos 270 alunos da escola, e entraram em greve de aulas e de pagamentos. Conseguiram que o senhor Hélio Alonso viesse à assembleia deles, com a presença, de rádio, televisão e jornal, e

fizeram com que recuasse de três das demissões, mantendo a da diretora, por "questão de princípio" (o "princípio" se media pelo seu salário de Cr\$ 35.000,00). No dia seguinte, se reuniu com os professores para lhes comunicar a decisão, se surpreendendo novamente. O conjunto dos professores, reunido na noite anterior, havia decidido não aceitar nenhuma demissão, se propondo inclusive à greve branca interna, até o retorno de todos. Após ameaçar, sem sucesso, com o fechamento imediato do colégio, o senhor Hélio Alonso recuou completamente e readmitiu os quatro, sem condições. E o trabalho continuou, mais fortalecido inclusive (pelo menos até dezembro).

Sabe-se que esse fato contribuiu muito para sustar diversas demissões em colégios oriundos de cursos pré-vestibulares. A experiência parece ter servido como um balão de ensaio, frustado, da repressão dessas estruturas.

INSTITUTO SÃO SEBASTIÃO

A professora Ana Maria da Costa foi chamada para revitalizar o 2º grau, buscando montar uma 3ª série nesse Instituto. A escola é pequena, mas mantém microfones de escuta nas

salas de aula. Os professores se encontram muito dispersos e amedrontados. Há uma reunião anual, onde a direção apresenta a pauta dos trabalhos, e ninguém mais fala. Existe uma psicóloga que não aceita conversar com os professores, a não ser "através" do Diretor. Há um professor e um inspetor atuando como deduzidos.

Em março, vieram menos 12 aulas do seu salário. Ao reclamar, foi ameaçada de demissão na sala dos professores. Depois da greve, o diretor questionou as suas faltas daquela semana, como se não tivesse havido greve, e aumentou a pressão, fiscalizando acintosamente todos os gestos e atitudes. Chegou a ameaçar buscar

sua ficha no SNI (sic!), bem como as de alguns outros professores que estavam passando e lendo informes oficiais do Sindicato.

Dia 2 de maio, quando iria dar prova, o segurança não a deixou entrar. Seus alunos improvisaram pequena manifestação na aula seguinte. Os colegas professores não esboçaram reação. Foi demitida por justa causa.

Na audiência com o Juiz, este, demonstrando clara cumplicidade, solicitou que ela fizesse acordo com o colégio (ou seja, aceitasse a justa causa sem "berrar"), porque as acusações que contra ela pesavam eram muito violentas. Alguns dos alunos estão servindo de testemunha a favor da professora.

COMO REAGIR ÀS VIOLÊNCIAS

As recentes violências cometidas contra a categoria dos professores, através dessas várias demissões, são suficientemente sérias para merecer a nossa atenção e a nossa ação. Nós somos o objeto dessa violência, afinal. Companheiros nossos estão sendo demitidos porque ousam lutar pela sua dignidade profissional. Este cutelo do patrão pesa sobre a cabeça de todos nós. Justo por tal razão, as cláusulas dos acordados que tratam a questão da estabilidade são tão importantes.

Pelos depoimentos extraídos dos debates, percebe-se que cada vez os donos de escola se configurando mais como patrões, "tubarões" do ensino, preocupados tão somente com os números dos seus lucros, com a manutenção do seu poder, com a perpetuação dos seus privilégios; pelo menos, tiram sua demagógica máscara de educadores. Alguns até se arvoram em professores, o que é uma mentira — são ex-professores, porque estão contra a sua classe. Fica claro, então, que no Brasil a educação está nas mãos de quem nada tem a ver com educação, pelo menos no seu sentido mais amplo de crescimento do indivíduo e da coletividade. Porque eles violentam, sem cerimônia, para demonstrar "quem é que manda", os direitos e as lutas das pessoas.

Toda demissão, como hoje se apresenta, é um ato de violência. É uma arbitrariedade clara, de cima para baixo, como um pisão. Não leva em conta os interessados diretos, sejam as equipes, sejam os alunos, atuando somente com base em critérios que pouco têm a ver com a profissão. Raramente se antecedem de críticas objetivas, ou mesmo de "advertências" — são ações que se assemelham mais a botes de cobra do que a gestos de homem.

E nós, como receptores dessa violência, não devemos jamais aceitá-la passivamente. O que se pode ver, pelos depoimentos, são experiências onde a ação das equipes e dos alunos (o que, por si, define a importância de uma pedagogia crítica e participante) determinou sustentar os professores nos seus cargos, ou, pelo menos, sustar outros cortes. Já a omissão vem determinando a impunidade da violência e dos que a praticam.

As demissões existem porque existe um sistema onde os cargos são de "confiança", e não de competência — um sistema onde alguns poucos eleitos "recebem" a confiança dos outros, e a maioria se entrega, "confiando" seu destino a esses eleitos.

Nenhuma demissão arbitrária é um caso pessoal. Qualquer uma delas abre margem para outras, de amigos, de companheiros, e visa a enfraquecer e dividir toda a classe. Com as nossas armas de educadores e pensadores, basicamente a palavra e a verdade, acompanhadas de ações coerentes com elas (como, por exemplo, não aceitar ocupar lugar de professores demitidos por ato arbitrário), devemos fazer frente à violência para interromper o seu ciclo. Se assim não fizermos por medo de sermos talvez nós os demitidos, estaremos nos rendendo. E a rendição nos enfraquece como pessoas e como profissionais, tornando mais viável outras violências, ao bel-prazer dos que se fantasiam de educadores.

E, em última análise, acabamos demitidos de qualquer jeito: da posição independente de educador para a subalterna de "capacho", de veículo impessoal dos valores tristemente dominantes. Nos demitimos da nossa profissão de homens. (Gustavo Krause)

DRT RJ AUTUA COLÉGIO D.R.T. R.J.

Recebemos da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro o relatório da fiscalização efetuada em diversos estabelecimentos de ensino desta cidade, datado de 28 de maio de 1979. O citado documento enumera um total de 185 Autos de Infração lavrados, bem como os

artigos da CLT correspondentemente infringidos pelos colégios e entidades similares. A folha do professor publicará no próximo número a relação dos 40 estabelecimentos de ensino fiscalizados e o número de Autos de Infração aplicados a cada um

EDUCAÇÃO

UM PROJETO EDUCACIONAL EM PRÁTICA

ANA MORENA

Curitiba: o Centro de Pesquisa e Avaliações Educacionais — CEPÆD, conseguiu, através da OCA, uma escola experimental voltada para a classe trabalhadora, fazer uma proposta válida de educação pré-escolar do ponto de vista dos trabalhadores. Para isso, tiveram que superar obstáculos, como por exemplo, o que ocorreu em 1978, quando membros do CEPÆD foram presos, sob alegação de estarem comunicando crianças entre 4 e 6 anos. Este fato repercutiu nacionalmente, levando ao ridículo o aparato policial e repressivo daquele Estado.

O grupo diretor do CEPÆD é composto por educadores de formação cultural e são várias as atividades desenvolvidas por eles. Uma delas é a escola experimental OCA, diferente das outras até mesmo nas instalações. Três OCAs para cerca de 100 crianças, distribuídas por faixa etária: 3 a 4 anos, 4 a 5 anos e 5 a 6 anos, além de instalações sanitárias e uma secretaria. A escola está localizada em Curitiba, na sede do Colorado Esporte Club, num bairro da classe trabalhadora.

A CRIANÇA É O CENTRO DA QUESTÃO

Confrontando as motivações dos pais para edu-

carem seus filhos (status, disciplina, etc) e os interesses comerciais das escolas, podemos observar no centro a necessidade das crianças de liberdade (que a maioria dos pais e escolas despreza), a convivência com as crianças sem a impertinente intermediação dos professores e atividades com objetivos e métodos pré-determinados e definidos. A mistificação das ofertas educacionais e a presunção de conhecimentos pedagógicos por parte das escolas somam-se à permissividade ou agressividade condicionante dos pais, criando um quadro desalentador dessa cultura que deforma a criança.

Quando a escola impõe à criança exigências para as quais não está preparada ou que contrariam fundamentalmente aquilo que se estabelece em suas relações na família, seu fracasso será inevitável. E quando a escola estabelece atividades que se orientam pela concepção de uma criança-padrão e não pelas necessidades da criança concreta, este conflito será maior.

Na sociedade brasileira, a maioria das crianças, a absoluta maioria, vive e se desenvolve em condições completamente distintas daquelas que são oferecidas às crianças

estudadas e que serviram de base ao estabelecimento desses padrões científicos. A compreensão disto poderia conduzir professores, pedagogos, agentes sociais da educação a conhecer as carências e dificuldades em que vive nosso povo. Mas não é exatamente isso o que acontece. O planejamento, organização social da educação, os currículos, as relações internas no processo educacional e tudo o mais passa a se realizar a partir da imposição de um padrão que é assumido por uma classe que não representa a maioria da população e muito menos a maioria das crianças brasileiras.

Para se pensar na educação do país, é preciso pensar no que são as crianças concretas que conhecemos; e realizar uma ação pedagógica a partir do que os técnicos chamam de "desvio" contrastando com o "padrão". Tiram os centros comerciais da educação, cujo interesse é definir e manter o padrão educacional das elites, o projeto da educação brasileira deve, necessariamente, atender à grande maioria de brasileiros que vivem em grandes dificuldades de sobrevivência. (No próximo número, a Escola OCA e sua prática).

EDUCAR = TRANSFORMAR

ELIENE B. ZLATKIN

Se entendemos processo de aprendizagem como aquele através do qual o aprendido é transformado em apreendido, de forma a poder recriá-lo e aplicá-lo a situações diferentes, não podemos concordar com a visão mecanicista e violentadora de que educar é um ato de transmissão de saber daquele que sabe para quem ignora. Esta concepção passiva do processo educacional é, na realidade, um impedimento à reflexão e à transformação, criando um modo rígido e autoritário de relacionamento professor-aluno e, conseqüentemente, homem-mundo.

Deste modo, educar implica num contínuo questionamento do que é, a quem serve e, para que serve a educação. Se acreditarmos na educação como fator de transformação do homem e da sociedade, entendendo ambos num processo de contínuo dinamismo, umas das preocupações básicas do educador e educando deve ser o aprofundamento do seu próprio estar no mundo. Este esforço de consciência exige, necessariamente, a participação crítica nas relações sociais em que vive.

Cabe ao educador proporcionar condições de conhecimento, apresentar opções e estimular o empenho crítico do educando. Deste modo, uma aula, em vez de ser uma atividade passiva em que o professor diz "o que quer que o aluno faça", passa a ser um encontro onde se pratica o diálogo, no qual o professor não se julga possuidor do saber e o aluno não se considera nem é considerado o ignorante absoluto.

A tarefa do educador é problematizar e não dissertar sobre qualquer conteúdo, criando a falsa impressão de que se trata de algo acabado e solucionado. Ao problematizar com os educandos, ele se estará questionando igualmente, porque quem questiona não

fica impassível ao questionado.

Qual deve ser o programa desta educação? Os conteúdos programáticos não podem ser escolhidos isoladamente. Estes deverão sempre ter a participação conjunta do professor e do aluno. Não é possível abrir mão de um prévio conhecimento a propósito das necessidades, aspirações e visão de mundo que tenham os educandos. Só a partir deste conhecimento é que se poderá organizar um programa que realmente atinja e atenda aos interessados dos que se propõem a conhecê-lo. Mesmo quando se trata do chamado "ensino técnico", não podemos considerar possível ensinar técnica sem questionar a situação em que se darão tais técnicas. A capacitação técnica vai além de um mero treinamento porque implica na busca do conhecimento e procedimento, e não deve reduzir-se a um conformado adestramento. Assim sendo, o conhecimento técnico não pode estar afastado das condições vitais do educando e de sua visão cultural.

Percebemos que hoje, cada vez mais, é menor o número dos que aceitam os defeitos e a insuficiência do ensino como expressão da ordem natural das coisas. Questionar a educação é a forma mais adequada de perguntar pelo futuro da sociedade. Será que sabemos até que ponto a educação desenvolve os verdadeiros valores humanos? Até que ponto não se sacrificam os valores físicos, sociais, efetivos em proveito único e exclusivo de um conceito limitado do que é o conhecimento? Até que ponto não constitui a educação, tal como é praticada, um obstáculo ao desenvolvimento normal das faculdades criadoras do homem? Até que ponto podemos responder a que tipos de seres humanos desejamos formar?

AVISO

Professores que deram entrada em suas propostas na Secretaria até 30 de julho, queiram vir ao Sindicato apanhar suas carteiras sociais.

NOTA DE FALECIMENTO



Faleceu no dia 10 de julho nossa companheira, professora Ysá Moreira Duarte. Filha do escritor Alvaro Moreira e de Eugênia Alvaro Moreira, desde muito jovem participou das lutas do nosso povo, pelas liberdades democráticas. Possuía diploma de Ponto-Contador e Licenciatura Plena em Pedagogia. Durante o período da guerra contra o nazi-fascismo, fez o Curso de Defesa Passiva Anti-Aérea, participando como Instrutora dos trabalhadores daquela organização patriótica, em 1942. Em 1943 foi uma das diretoras do Departamento Feminino da Liga de Defesa Nacional. Participou nos anos subsequentes de todos os movimentos patrióticos como membro

ativo de diversas Associações Femininas. Era professora da Escola Jockey Club Brasileiro desde 1965, tendo assumido o cargo de Diretora da mesma Escola em 1972. Em 1974, por Decreto do Governo do Estado, lhe foi conferido a MEDALHA ANCHIETA pelos relevantes serviços prestados à Educação. Sempre fiel aos seus ideais de educadora e de patriota, a companheira Ysá assumiu destacadamente papel de apoio à última greve dos professores, garantindo a paralização total das atividades docentes na Escola que dirigia. Ysá Moreira Duarte era esposa do nosso Diretor, professor Waldyr Duarte e deixa três filhos, genro, nora e cinco netos.

FUNDADA A ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA USU

Em Assembléia realizada no dia 23 de junho foi constituída a Associação de Docentes da Universidade Santa Úrsula (ADUSU), tendo sido eleita a seguinte Diretoria: Presidente — Maria de Lourdes de A. Fávero; Vice-Presidentes: José Francisco

P. de A. Oliveira, Manoel de Jesus Soares, Vera Lúcia Reis Ribeiro de Novaes; Secretário Geral — João Ferreira da Silva Filho; Secretários — Marlos B. Mendes da Rocha, Vera Lúcia Batista de Souza; 1º Tesoureiro — Manuel Dias da

Fraga; 2º Tesoureiro — Camilo Attie.

A nova Diretoria compromete-se a orientar seus trabalhos seguindo o estabelecimento numa Carta-Programa já aprovada, bem como a Carta de Princípios já amplamente divulgada.

LIVROS LIVROS LIVROS

Da Editora Civilização Brasileira S.A. recebemos um exemplar do "Curso de Psicologia Geral", Volume III, de autoria de A.R. Luria. Os estudos relacionados com a atenção e a memória apresentados neste volume, integrante da recente série de obras escritas por Luria e

dedicados à Psicologia Geral, apresentam dois aspectos que são comuns a todos os volumes da série: o destaque concedido à dimensão neurofisiológica e a adoção de uma estrutura referencial teórica de cunho materialista.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES

A RETOMADA DO NOSSO ESPAÇO

RONALDO REIS

A diáspora docente após 1964 e principalmente após 1968 leva-nos a uma avaliação em torno do artigo do prof. Eurico Lima, publicado no Jornal do Brasil de 01/04/79, onde ele faz uma análise crítica sobre a questão surgida na PUC com relação à liberdade acadêmica.

O professor da UFF no seu artigo critica a posição estrábica do psicólogo Aroldo Rodrigues que ataca veementemente as Associações de Docentes, as quais considera "mera moda", e discorre sobre a importância destas Associações no contexto acadêmico atual. Entende como um sofisma grosseiro as afirmações do referido psicólogo no sentido de iludir a opinião pública, na medida em que este mistifica a ação (mito de ação) identificado por G. Sorel em "Reflexion sur Violence" (o máximo na comunidade acadêmica. Da mesma forma considera que o psicólogo instrumentaliza, utilizando o marxismo como uma "força demérgica", os seus conceitos no sentido de uma ação política e, conclui, dizendo que todos os ditadores em todas as épocas, tais como Franco, Hitler, Mussolini, Stalin, utilizaram mitos para inspirar seus intentos autoritários.

Reportando-nos às palavras do prof. Eurico Lima, podemos avaliar mais detalhadamente sua análise:

"Quanto às Associações de Docentes que, no momento se organiza por todo o país, o psicólogo as compreende como uma "moda". Seguramente, na melhor das hipóteses, o ensaísta está mal informado. As associações de docentes objetivam — e a leitura de seus estatutos é aberta a qualquer um — maior participação do professorado no processo de decisão das universidades. Partem do princípio de que a Reforma Universitária não foi capaz de engendrar mecanismos capazes e suficientemente abertos de atuação docente, marginalizando a maioria dos docentes das universidades. Compreendem, como momento de debate — amplo, livre e democrático — das mais diversas forças e tendências dentro das universidades, a transformação, a luta, com denodo e determinação, para se impor, já que a organização em torno de seus interesses específicos é vista como sendo orientada por "exóticos ideologias". Entendem mesmo, que a estruturação dos professores para a defesa de suas reivindicações é um importante dado, neste momento em que a nação se reorganiza para **contratar a privatização do Poder Público** empreendida por grupos minoritários. Propõe que tal esforço é feito por um método totalitário é uma total incompreensão do papel dos professores em nossas universidades".

Nossa avaliação em torno desse artigo não poderia dispensar alguns dados importantes que a "inflação universitária" pós Reforma nos forneceu, da mesma forma que estes números mostram, estarecedoramente, o desespero do professorado, em consequência da inflação citada, nos dados subidos para aumentarmos a luta em torno das reivindicações básicas do magistério superior, isto é, melhor condição de trabalho, melhor ensino. Mas isso não basta dentro de uma avaliação e, nesse sentido, coloca-se também o problema do atrelamento do Sindicato à estrutura rígida do regime militar que focou a categoria, historicamente dividida, a uma organização dentro das universidades.

O EMBRIÃO DAS ADS

A retomada do espaço acadêmico se dá no momento em que toda a sociedade brasileira percebe a necessidade de ocupar o seu espaço dentro da organização do Estado para, numa perspectiva mais ampla, tomar as decisões que lhe são inerentes, com a formação das associações de docentes num período de deslenço, crítico e econômico da vida social brasileira — 1970/1977 — tivemos a noção, ainda que superficial, de como as decisões tomadas pela "superior hierarquia acadêmica" estavam apoiadas na ideologia do regime vigente e, obviamente, não condiziam com as necessidades e aspirações dos corpos docentes e docentes. A qualidade do ensino, como ficou constatado, caiu ao nível mais baixo da história da educação do Brasil e, paralelamente, as condições de trabalho do professor foram aviltadas por essas decisões pragmáticas e autoritárias.

Contrariamente, no seu processo de organização e ascensão, aos movimentos estudantis, o movimento dos professores universitários, de início corporativista, tomou forma e unidade no bojo do processo de luta por reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho o que, naturalmente, acarretaria na melhoria do ensino ministrado. A organização e posterior ascensão do movimento dos professores universitários vem de encontro ao estudo publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 06/05/79, cujo título sugestivo é "A Explosão Universitária" assinado por Eba Reale.

Na sua análise o articulista demonstra, entre outras coisas, que a partir de 1968 houve um aumento considerável de vagas nas universidades, da ordem de 25% ao ano entre 1968 e 1972, e de 21% ao ano entre 1970 e 1974. De 1976 para 1977 o crescimento foi, comparativamente, o mesmo — 13,3% — mas ficou patente a necessidade de frear a expansão desordenada do número de vagas no curso superior. A questão, como todos sabemos, passa pelos problemas políticos que o regime militar enfrentou em 1968 com a revolta estudantil e, mais ainda, pela necessidade que determinadas instituições particulares de ensino sentiram com a nova ordem econômica brasileira. Exemplo maior dessa necessidade geradora da atual desordem foi a implantação de uma faculdade de Desenho Industrial num estado basicamente agropecuario como Mato Grosso; tantos outros exemplos podemos citar, mas que no momento não vêm a questão.

A febre gananciosa das instituições de ensino aliadas à necessidade prática do regime de esvaziar os movimentos estudantis levou, em última análise, o próprio regime a fechar os olhos para o contraditório que se estabeleceu entre a proposta da Reforma Universitária e a realidade formada pelas faculdades isoladas surgidas nesse espaço foram criadas a partir dos ocupando os prédios durante o período noturno, seja substituindo os cursos de 1º e 2º graus, na medida que o alunado destes, geralmente composto de elementos da classe média, dava preferência ao sobre-tudo gratuito Ensino Médio Oficial. Contaram estas instituições particulares durante muito tempo com um público certo, formado de pessoas de mais de 30 anos, público este que hoje está bastante reduzido. Era composto de funcionários públicos desejosos de um título universitário para obtenção de melhor classificação ou de pequenos comerciantes e industriais interessados em estudar Direito ou Administração a fim de poderem gerir com mais eficiência seus negócios. O período vespertino era frequentado por professores primários, ávidos por um diploma universitário, e poderiam lecionar nas últimas séries do 1º grau, ou por donas-de-casa, cansadas da monotonia da vida doméstica, que resolvem ocupar suas tarefas na obtenção de um diploma universitário, desde que o horário da faculdade fosse compatível com o horário escolar dos filhos.

Acompanhando o aumento do número de vagas do ensino do 3º grau, houve nos últimos dez anos um crescimento volumoso do corpo docente. Segundo os dados do Estado de São Paulo, a população docente de 1960 à 1974 passou de 21.064 à 76.931, isto é, um aumento de 25% em 14 anos o que corresponde a, aproximadamente, 12% ao ano o número de crescimento do corpo docente das nossas universidades. É, sobretudo, estarecedora a constatação que esse número inchado se deu devido ao mercantilismo selvagem em que as instituições particulares impingiram ao ensino; este aumento quantitativo não foi acompanhado, entretanto, pela melhoria da qualidade do ensino. Com o fim de atender a grande demanda, professores de 2º grau e profissionais liberais, sem maior preparo intelectual ou didático, passaram a completar seu salário e aumentar seu currículo ministrando aulas nessas instituições, preocupadas apenas em aumentar seus lucros em detrimento da qualidade do ensino.

Segundo Eba Reale, os docentes das faculdades particulares, que constituem a maior porcentagem dos professores de 3º grau, são os que apresentam as piores condições de trabalho e desempenho. A maioria dos professores das faculdades particulares trabalham em regime de tempo parcial, que obriga os docentes a assu-

mirem um grande número de aulas em diferentes instituições, distantes muitas vezes umas das outras, provocando grande desgaste físico e diminuição da produção. Agravando essa situação as despesas das faculdades particulares são cada vez mais numerosas, faturando-se ainda em cima dos acanhados salários do corpo docente.

A CONSOLIDAÇÃO DAS ADS

Ainda analisando a situação dos docentes das faculdades particulares, podemos acrescentar que o aviltamento da carreira do magistério do 3º grau passa por um fato comum de acontecer nos supermercados de ensino: aproveitando o afastamento do titular, muitas instituições mantêm professores auxiliares dando aulas, com salários muito abaixo dos recebidos pelos titulares, e consequentemente com grandes vantagens para as entidades mantenedoras. Os nomes daqueles titulares, porém, geralmente docentes de renome, continuam constando da lista de professores servindo de chamariz para os incautos.

Dentro deste quadro caótico acrescentarmos os decretos de cassações dos direitos de regência (exercer a profissão), o atrelamento do sindicato, compulsoriamente, ao regime e, como já vimos, o espírito corporativista da maioria dos docentes do ensino superior. A consolidação das associações de docentes, contrariamente às pioneiras ADPUC, ADUFF e ADUSP, encontra na sua trajetória, portanto, um quadro pior que as citadas, mas que parte de uma luta já iniciada em 1978 devido as campanhas encaminhadas pelo sindicato, hoje já sem o peleguismo de outrora.

Outras questões de primeira importância colocam-se no processo de consolidação das ADS e a carta do 1.º Encontro Nacional dos Docentes, realizado em fevereiro deste ano, que contou com a participação de 23 entidades de todo o País entre Associações e comissões pró-associação, revela o sintoma que uma grande campanha de docentes só poderá ser feita organicamente, isto é, através das associações. Dessa maneira a retomada do espaço universitário, o debate dentro desse espaço, faz-se necessária como a única forma de podermos, na prática, acabarmos com o aviltamento a que fomos submetidos durante tantos anos. Nesse sentido a proposta aprovada no 1.º Encontro é de fundamental importância para as ADS que no momento se organizam.

Fortalecimento e expansão das Associações de Docentes;

— Uma campanha que vise o aumento do número de associados nas organizações;

— Uma campanha que vise a criação de associações em unidades de ensino superior onde ainda não foram criadas;

— Procurar um entrosamento a nível regional com reuniões frequentes;

— Sugere-se que as ADS se filiem aos movimentos que lutem pela anistia ampla, geral e irrestrita.

— Sugere-se filiação das ADS ao DIEESE.

Que as ADS da Rede Particular de Ensino Superior encaminhem nas suas unidades uma ampla campanha de sindicalização para todos os professores. Direito de sindicalização dos professores do funcionalismo público.

REPASSE PREVENTIVO

LUIZ EDMUNDO AGUIAR



Interessante o fato que já começa a ocorrer em algumas escolas fluminenses: professor nenhum recebeu aumento até agora e os donos de escolas previnem-se para um futuro, que nem sabemos se chegará, arrancando mais dinheiro dos alunos ou de seus pais, alegando um suposto prejuízo causado por um aumento que até hoje ninguém viu.

Temos tido denúncias de escolas como: Colégio Maria José Imperial, Colégio Brasil, Colégio São Vicente de Paulo e DET, que já contam com o repasse em seus estrondosos orçamentos. Algumas faculdades como a FAHUPE já haviam feito repasse desde março sobre os 44% de reajuste anual do professorado.

As escolas Celso Lisboa e Eden já anunciam o repasse para agosto, além de outras como o Colégio Anglo Americano e o Barilan, que já iniciaram junção de turmas reduzindo assim a carga horária dos professores.

Alguns cursos (se é que assim podem ser chamados) aumentaram brutalmente o preço das apostilas e criaram taxas absurdas como o GPI,

por exemplo, onde é cobrada uma taxa de suspensão aos alunos.

RECADO AOS PATRÕES

— Senhores patrões, venhamos que tudo isso é um absurdo. Todos nós sabemos que um aumento nas margens do que nos foi concedido com o desenrolar da nossa luta jamais lhes trariam algum prejuízo. Poderia sim, talvez, ocasionar um mínimo decréscimo em seus fabulosos lucros irregulares.

Irregulares, pois, escolas particulares são concessões do Governo, que por ocasião de não poder assumir o número necessário de escolas, incentivava a empresa privada a fazê-lo. Porém, sem que jamais hajam fins lucrativos e muito menos que a usem como meio de engordar cada vez mais seus bolsos a partir daqueles que lutam com tantas dificuldades para educar seus filhos.

Nós, professores, nos colocamos fiéis aos pais e alunos contra mais essa arbitrariedade. Essas "empresas de ensino" têm que se sentir limitadas nos abusos que vem cometendo em nome da "educação" que todo filho de trabalhador deve merecer.

Defenda
seus
direitos
sindicalize-se

A LUTA PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA CONTINUA

Uma vigília de familiares de presos políticos, começou quinta-feira, 09/08, às cinco horas da tarde, nas escadarias da Câmara Municipal, na Cinelândia. Se estendeu por toda a madrugada na ABI, fechando o seu círculo de 24 horas na sexta-feira. Esse ato integra a mobilização para "A GRANDE CAMINHADA PELA ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA, no dia 14 de agosto.

Todos à Cinelândia dia 14/08/79 às 17 horas.

(Movimento Feminino pela Anistia)

MARIANO

e o ensino pago



AI QUE BONITINHO!

QUANDO FIZER UM ANINHO,
O AVÔ VAI DAR UM DOUTORADO
EM FÍSICA, UM MESTRADO
EM EDUCAÇÃO...



, COITADO... O ROBERTINHO
É UM CRÂNIO, MAS NÃO
CONSEGUIU NOTA PARA
PASSAR DE ANO.

